

O **Mudanças promissoras**

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, anunciou mudanças de vulto em sua área. Medida provisória ainda a ser assinada pelo presidente da República altera a estrutura normativa da educação brasileira. O principal núcleo decisório, o extinto Conselho Federal de Educação, será dividido em duas seções, uma delas tratando das questões do ensino de terceiro grau, outra do ensino básico e de segun-

do grau. A mudança não desper-
tou, como seria de esperar, maio-
res repercussões. Todo o interesse
parece mesmo ter-se concentrado
na proposta de criação de um exa-
me nacional a que todos os estu-
dantes universitários do País se-
riam submetidos quando da con-
clusão de seu curso.

Curiosamente, os que teriam
seus interesses mais atingidos pe-
la proposta — os donos das facul-
dades particulares com discutível
qualidade de ensino — guardaram
prudente silêncio. Os professores e
alunos, porém, não! À vice-presi-
dente do Sindicato Nacional dos
Docentes das Instituições de Ensi-
no Superior, Anamaria Beck, por
exemplo, já contestou a proposta,
porque, segundo ela, fundamental-
mente “melhorar a qualidade do ensi-
no”. Ora, existiria forma mais con-
sistente e rápida para cuidar des-
se problema? Não foi mui-
to diferente a reação do presiden-
te da UNE, considerando, primei-
ro, a medida um ataque às conse-
qüências e não às causas, para de-
pois, estranhamente, manter um
tom crítico, ao lembrar que o alu-
no já é submetido a várias avalia-
ções ao longo do curso e, se a nota
é ruim nessa prova final, “o proble-
ma não é dele, mas da instituição”!
Mas é exatamente disso que se
trata! Para que não se faça julga-
mento indiscriminado e precon-
ceituoso, a verdadeira avaliação
do ensino oferecido será feita dire-
tamente pelo consumidor dele.

O MEC, prudentemente, não
pretendeu com esse exame imis-
cuir-se em seara que não é dele,
como a fiscalização e autorização
de exercício profissional. Essa ta-
refa continua a ser feita nos ter-

mos de legislação específica. O que
passa a ser avaliado é o produto
ensino oferecido por instituição
credenciada pelo governo para tal.
Ninguém perderá o direito de go-
zar dos direitos conferidos pelo di-
ploma conquistado depois de anos

de curso. O que mu-
da é que aquele ci-
dadão que se for
servir dos présti-
mos desse formado
terá a exata medi-
da do que vale o di-
ploma. Esse exame
funcionará como
um sinal ao cida-
dão, à sociedade

O Legislativo não pode frustrar as boas expectativas de mudança geradas pela MP da Educação

que terá de conviver com um pro-
fissional dito capacitado, com di-
ploma na mão e direito pleno de
pôr em risco o direito e até a vida
de outrem. A nota publicada no
histórico escolar do formado é vi-
trine da qualificação do profissio-
nal. A sociedade tem direito de
exigir tal proteção e é dever do Es-
tado implementá-la.

De característica diferente é a
mudança na dinâmica do Conse-
lho. A divisão em duas seções de-
cisórias para cada nível de ensino,
ao que tudo indica, implicará me-
lhor equacionamento de questões
específicas de cada fase da trajetó-
ria escolar. Ainda não está perfei-
tamente claro o mecanismo de
funcionamento dessas seções,
mas a transparência absoluta pa-
rece ser exigência impostergável,
depois de tudo que se disse sobre
o extinto CFE. O ideal é que o no-
vo conselho tenha sua instância de
decisão sempre em plenária de
seus 12 membros, sempre em ses-
são pública. Garantir esse critério
será prova cabal de que muita coi-
sa mudou no espírito do controle
da educação brasileira.

As mudanças nas formas de es-
colha dos reitores das universida-
des federais é promissora; os ex-
cessos que conhecemos indicavam
a urgência da alteração. O fortale-
cimento do voto docente nesse
processo de escolha, em detri-
mento do peso do voto do funcionário,
repõe tudo em seus lugares; o ser-
vidor tem espírito sindical (com-
preensível) em suas reivindica-
ções (muitos professores tam-
bém) que pouco guardam vínculo
com o autêntico espírito universi-
tário. No conjunto, as medidas são
promissoras. Cumpre acompan-
har o comportamento do Con-
gresso em relação a essa futura
MP.